

Mulheres, protagonismo, lutas e resistências no cenário brasileiro: perspectivas sobre a Amazônia

 Dalvina Teixeira Rolim ¹,  Iolete Ribeiro da Silva ²,  Orleans dos Santos Brito ³

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. *Campus* Partintins, Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Estrada Odovaldo Novo, s/n, bairro Aninga/Parananema. Partintins - AM. Brasil.

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Faculdade de Psicologia. ³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Autor para correspondência/Author for correspondence: dalvina.rolim@ifam.edu.br

RESUMO. Este estudo analisou as perspectivas das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia em relação ao trabalho, família, educação e suas lutas diante da assimetria de gênero. Adotou-se uma concepção decolonial de pesquisa usando os estudos de Arroyo (2012), Bortolini (2021), Lerner (2019) e Saviani (2007). O feminismo na região foi apresentado como uma construção popular, afro e latino-americana, fundamentada em uma abordagem decolonial. As entrevistas, realizadas com um roteiro estipulado e analisadas pela metodologia construtiva-interpretativa, revelaram a centralidade das mulheres nas esferas cultural, social e política. As narrativas das participantes destacaram uma construção identitária que integra elementos do feminismo popular. A abordagem decolonial permitiu uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e resistência, evidenciando a subjetivação das mulheres como protagonistas na luta por direitos e justiça na Amazônia.

Palavras-chave: mulheres, protagonismo, lutas, resistência, amazônia.

Women, leadership, struggles, and resistance in the brazilian context: perspectives on the Amazon

ABSTRACT. This study analyzed the perspectives of women from the Vila Amazônia Settlement regarding work, family, education, and their struggles against gender asymmetry. A decolonial conception of research was adopted using the studies of Arroyo (2012), Bortolini (2021), Lerner (2019), and Saviani (2007). Feminism in the region was presented as a popular, Afro-Latin American construction, based on a decolonial approach. The interviews, conducted with a stipulated script and analyzed through a constructive-interpretative methodology, revealed the centrality of women in cultural, social, and political spheres. The narratives of the participants highlighted an identity construction that integrates elements of popular feminism. The decolonial approach allowed for a broader understanding of power dynamics and resistance, evidencing the subjectivation of women as protagonists in the struggle for rights and justice in the Amazon.

Keywords: women, protagonism, struggles, resistance, amazon.

Mujeres, protagonismo, luchas y resistencias en el escenario brasileño: perspectivas sobre la Amazonia

RESUMEN. Este estudio analizó las perspectivas de las mujeres del Asentamiento de Vila Amazônia en relación con el trabajo, la familia, la educación y sus luchas ante la asimetría de género. Se adoptó una concepción de investigación decolonial utilizando los estudios de Arroyo (2012), Bortolini (2021), Lerner (2019) y Saviani (2007). El feminismo en la región se presentó como una construcción popular, afro y latinoamericana, fundamentada en un enfoque decolonial. Las entrevistas, realizadas con un guion estipulado y analizadas a través de una metodología constructivo-interpretativa, revelaron la centralidad de las mujeres en las esferas cultural, social y política. Las narrativas de las participantes destacaron una construcción identitaria que integra elementos del feminismo popular. El enfoque decolonial permitió una comprensión más amplia de las dinámicas de poder y resistencia, evidenciando la subjetivación de las mujeres como protagonistas en la lucha por derechos y justicia en la Amazonía.

Palabras clave: mujer, protagonismo, peleas, resistencia, amazonas.

Introdução

Discutir o protagonismo das mulheres no Assentamento de Vila Amazôniaⁱ no município de Parintins-AM, implica reconhecer que as relações entre gênero, trabalho e educação em territórios rurais amazônicos, se manifestam de modo entrelaçado a condicionantes históricos, socioeconômicos e ambientais. Nessas paisagens, marcadas pelos fluxos sazonais das águas, por longas distâncias e por infraestruturas públicas frequentemente insuficientes, a vida cotidiana tem sido sustentada por mulheres que desempenham papéis cruciais não apenas na manutenção da vida familiar, mas também na luta por direitos e igualdade. Ao abordar as suas perspectivas em relação ao trabalho, à família, à educação, às suas lutas e à assimetria de gênero, é possível compreender como essas mulheres se organizam e resistem, transformando suas realidades e desafiando normas sociais estabelecidas.

As mulheres do Assentamento de Vila Amazônia enfrentam uma série de dificuldades que vão desde a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, até a perpetuação de desigualdades de gênero que limitam suas oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal. Em um ambiente rural onde as tradições familiares muitas vezes reforçam papéis de gênero rígidos, essas mulheres se veem em uma posição de luta constante para garantir não apenas o sustento de suas famílias, mas também a valorização de suas vozes e experiências. A assimetria de gênero se torna um obstáculo significativo, que exige uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e econômicas que influenciam suas vidas.

Tomar essas trajetórias como objeto de análise neste estudo exige situá-las em uma chave teórico-política decolonial e popular, capaz de ler a Amazônia não como periferia, como há muito tem sido retratada, mas como centro, lugar de produção de conhecimentos, de práticas de resistência e de imaginações políticas forjadas por homens e mulheres, negros, indígenas, ribeirinhos, camponeses e migrantes. Esse deslocamento epistemológico mostra que a questão de gênero vai além das diferenças entre homens e mulheres, ela envolve estruturas como o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que influenciam o trabalho, o controle dos corpos e o acesso desigual à educação. Com essa perspectiva, este estudo evita tratar as experiências aqui colocadas, de forma folclórica ou romantizada e valoriza as narrativas das participantes como fontes legítimas de teoria social e de propostas para uma educação humanizada e diferenciada nesses espaços.

É nesse horizonte que se inscreve a pergunta que orienta essa pesquisa: quais são as perspectivas das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia sobre trabalho, família,

educação e suas lutas diante da assimetria de gênero? Para respondê-la, a investigação teve como objetivo geral analisar as perspectivas das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia em relação ao trabalho, família, educação e suas lutas diante da assimetria de gênero. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos incluem: 1 – Conhecer as trajetórias de vida das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia; 2 – Compreender as relações de trabalho e educação no Assentamento de Vila Amazônia; 3 - Explorar o protagonismo das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia; 4 - Refletir sobre as estratégias de resistência das mulheres nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de matriz decolonial, exploratória e interpretativa, com abordagem construtivo-interpretativa; os dados foram obtidos por entrevistas semiestruturadas gravadas, observação participante (diário de campo) e documentos locais no locus, Assentamento Vila Amazônia (Gleba Santa Clara do Jauari, Parintins-AM). Participaram oito mulheres adultas residentes, selecionadas por terem trajetória no trabalho rural e/ou vínculo com processos educativos; critérios de inclusão: ≥ 18 anos, residência no assentamento, experiência laboral rural e/ou ligação com educação e consentimento; exclusão: menores, não residentes ou recusa em participar. As entrevistas foram transcritas integralmente, trianguladas com notas de campo e documentos e analisadas por codificação temática indutiva, com interpretação à luz do referencial decolonial e feminista. Foram adotados pseudônimos e medidas de proteção de dados; todas assinaram termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa observou as normas éticas aplicáveis (submissão a CEP/IRB quando pertinente).

A escolha por investigar o protagonismo das mulheres no Assentamento Vila Amazônia, fundamenta-se na necessidade de visibilizar um grupo historicamente marginalizado nos debates sobre desenvolvimento rural e equidade de gênero. Ao compreender suas vivências, trajetórias e desafios, a pesquisa busca contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, que reconheçam e valorizem o papel central das mulheres na construção social e econômica do campo. Além disso, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam e reproduzem desigualdades de gênero, classe e território.

Cientificamente este estudo amplia o debate sobre gênero e desenvolvimento rural na Amazônia ao combinar uma perspectiva decolonial com a análise de narrativas e experiências, oferecendo subsídios para pesquisas futuras e para intervenções educacionais e comunitárias consistentes com as especificidades territoriais. A relevância social deste estudo reside na possibilidade de promover a visibilidade e o reconhecimento das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia como agentes de mudança em suas comunidades. Ao aproximar essas categorias

da realidade vivida, evita-se a armadilha de aplicar modelos urbanos ao contexto rural e evidencia-se a escola como um espaço de disputa simbólica e material (BOURDIEU; PASSERON, 1992), onde se entrelaçam expectativas de mobilidade social, mecanismos de controle e práticas pedagógicas inventivas. Nesse cenário, o protagonismo não se confunde com excepcionalidade, mas se expressa na insistência cotidiana, na cooperação e no aprendizado político construído em rede.

A escolha por focalizar o Assentamento de Vila Amazônia se justifica tanto pela potência das experiências ali relatadas quanto pelo déficit de pesquisas que retratem, com densidade teórica, a vida de mulheres amazônidas em assentamentos rurais. Dar centralidade às suas vozes não é apenas um gesto metodológico; é um posicionamento ético e político diante de silenciamentos históricos. Ao sistematizar suas narrativas e situá-las em debates contemporâneos sobre gênero, trabalho e educação, esta introdução estabelece o problema, os objetivos, a metodologia e a justificativa da pesquisa, preparando o terreno para a análise que seguirá, com o compromisso de articular rigor analítico, sensibilidade interpretativa e responsabilidade pública. Através da busca por soluções para as desigualdades enfrentadas, este trabalho busca inspirar ações concretas que promovam a equidade de gênero e melhorem a qualidade de vida das mulheres no contexto rural.

Trajetórias de vida: Conhecendo as mulheres do Assentamento de Vila Amazônia

Nesta seção, em que minha trajetória se entrelaça com a de diversas outras mulheres, considero fundamental apresentar o contexto do surgimento deste trabalho, marcado por inquietações que me acompanham desde a infância. Inserida nos espaços do campo, das águas e das florestas, desde cedo fui atravessada por questionamentos despertados por situações que, mesmo sem total compreensão, já me provocavam incômodo. A curiosidade e o olhar sensível da menina que fui não aceitavam passivamente determinadas realidades, e, ao longo do tempo, compreendi que o mundo não se organiza conforme nossos anseios individuais. Trata-se de um universo profundamente complexo e contraditório, forjado por histórias múltiplas e por esforços coletivos. É nesse cenário que se inscreve este trabalho, resultado de vivências que dialogam com questões sociais mais amplas, especialmente aquelas que atravessam a vida das mulheres em contextos diversos.

Ouvir as trajetórias de vida e as nuances que permearam as trocas e construções de saberes que teceram essa pesquisa, possibilitou um encontro rico e diverso, marcado por

lembranças, sorrisos, lágrimas, momentos de descontração e por palavras que, até então, pareciam relegadas ao esquecimento. Ao longo dessa jornada, busquei exercer uma escuta atenta e sensível, policiando-me a ouvir mais do que falar. Essa postura revelou-se fundamental para compreender não apenas as histórias partilhadas, mas também a minha própria posição enquanto pesquisadora, ciente da responsabilidade de produzir respostas que contribuam para a construção dos saberes, sem apagar as singularidades das vozes que encontrei pelo caminho. Para Belei et al. (2008, p. 190) um bom pesquisador:

... é aquele que sabe ouvir, mas ouvir de forma ativa, demonstrando ao entrevistado que está interessado em sua fala, suas emoções, realizando novos questionamentos, confirmando com gestos que o ouve atentamente e que quer compreender suas palavras, mas sem influenciar o seu discurso. Ele aprofunda o relato do participante e mostra atenção sobre os detalhes importantes.

Durante as entrevistas, meu principal objetivo foi compreender as histórias de vida das participantes e a forma como elas se relacionam com a educação. Interessei-me especialmente por suas experiências de escolarização, marcadas por desafios e limites impostos pela realidade das escolas do campo. A pesquisa ganhou corpo nesse exercício de atenção às vozes e expressões que compõem o Assentamento de Vila Amazônia. Por razões éticas e de segurança, preservei a identidade civil das participantes, mesmo com autorização para usar seus verdadeiros nomes. Desse modo, optei por usar pseudônimos escolhidos como forma de homenagear algumas mulheres que simbolizam lutas e conquistas no cenário brasileiro. Essa opção, além de resguardar as participantes, também sinaliza o pertencimento das entrevistadas a uma história mais ampla de resistência feminina no país. Abaixo segue os nomes fictícios, o que esses nomes representam na luta das mulheres no país e a descrição verdadeira de cada participante.

No quadro das participantes da pesquisa, um conjunto notável de oito mulheres se destaca, cada uma trazendo sua própria história de luta e resiliência. Dorotty é conhecida no cenário brasileiro como uma defensora fervorosa da reforma agrária justa, cuja vida foi marcada por um intenso diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas na Região Amazônica. Nossa entrevistada com 40 anos de idade, é solteira e mãe de dois filhos. Sua trajetória educacional foi impulsionada pelas políticas do governo federal, permitindo que cursasse o Ensino Superior através do PRONERA. Nascida na Comunidade de Santa Clara do Jauarí na Gleba de Vila Amazônia, parte de sua educação se deu em Manaus, onde teve a

oportunidade de interagir com estudantes de Roraima, enriquecendo sua experiência acadêmica e reforçando seu compromisso com os direitos dos trabalhadores rurais.

Sônia Guajajara, conhecida nacionalmente como uma importante liderança indígena e também, como sendo a primeira deputada federal indígena do estado de São Paulo. Nossa segunda entrevistada, com 36 anos é casada e mãe de dois filhos, trabalha como monitora AEE, dedicando-se à inclusão de crianças com deficiência. Nascida na mesma comunidade que Dorotty, ela enfrentou desafios educacionais desde cedo, precisando se deslocar para outras localidades para continuar os estudos. Essas experiências despertaram seu interesse pela área da educação inclusiva e reforçaram seu compromisso em transformar a realidade à sua volta.

Joênia Wapichana, conhecida como a primeira mulher indígena advogada do Brasil, se tornou uma voz ativa na FUNAI e na defesa dos direitos indígenas. Nossa terceira entrevistada, de 38 anos, trilhou um caminho marcado pelo retorno aos estudos após a maternidade, o que a levou à conclusão do ensino médio tecnológico. Além disso, ela se reconhece como responsável direta pela educação dos filhos, empenhando-se para garantir que tenham acesso a um ensino com qualidade social.

Margarida Maria Alves, camponesa e defensora dos direitos humanos, cuja história inspirou a Marcha das Margaridas, foi assassinada em 1983, deixando um legado de resistência. Nossa quarta entrevistada tem 36 anos é casada, estudou até a quarta série dos anos iniciais, é agricultora e possui 10 filhos.

Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro e defensora dos direitos humanos, uma mulher negra de grande representatividade, foi uma voz crítica contra a opressão e a violência em comunidades carentes, sendo assassinada em 2018 no Rio de Janeiro. Nossa quinta entrevistada não se recorda da idade, disse que esqueceu, tem 07 filhos e estuda na AJA, na Gleba de Vila Amazônia onde faz o terceiro e quarto ano das séries iniciais. Disse que mora desde que nasceu na comunidade e que se dedica ao trabalho doméstico e na roça, que a noite frequenta a escola porque quer ter um conhecimento a mais para o seu futuro.

Zélia Amador de Deus, mulher negra, professora e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará. Nossa sexta entrevistada tem 42 anos, está cursando o quarto e quinto ano das séries iniciais na AJA, é agricultora, possui 10 filhos e vai completar nove anos morando na Gleba de Vila Amazônia. Zélia disse que o que faz da vida é trabalhar na lavoura e estudar a noite.

Elizabeth, trabalhadora rural e ativista brasileira, militante nas Ligas Camponesas. Foi presa várias vezes e perseguida pela Ditadura Militar. Nunca se curvou as ameaças dos

latifundiários, continuando sua luta por trabalho digno, reforma agrária e justiça no campo. Nossa sétima entrevistada tem 38 anos, é casada, tem três filhos e está concluindo o sexto e o sétimo ano das séries finais na EJA. Mora na Gleba de Vila Amazônia há uns sete anos.

Por fim, Carolina Maria de Jesus, mulher negra, escritora e autora do famoso livro "Quarto de despejo: diário de uma favelada", traz uma visão profunda sobre sua vida na favela, marcada por desafios, superação e a busca por um futuro melhor. Nossa oitava entrevistada tem 45 anos, é solteira, estuda o sexto e o sétimo ano na EJA, é cozinheira, possui 06 filhos e mora na vila há 07 anos.

Procurei manter-me o mais fiel possível às falas das participantes, incorporando os detalhes que elas compartilharam no momento da entrevista. A seleção das mulheres seguiu um critério definido: adultas, com maior experiência de vida e que tivessem, de algum modo, transitado tanto pelo mundo do trabalho quanto pelo universo educacional. Um traço marcante nos perfis dessas mulheres é a constante busca por superação de suas próprias realidades — não apenas para si, mas também para os filhos e companheiros —, reconhecendo na escola uma possibilidade concreta de melhoria das condições sociais. Outra característica evidente é a precarização de suas vidas: desde muito cedo, essas mulheres são levadas a trabalhar para garantir sua própria subsistência e a de suas famílias, o que frequentemente relega o sonho da formação educacional a um plano distante.

Nesse sentido querendo ou não ocorre uma espécie de produção social de vidas precarizadas que indica entre outros, três aspectos. O primeiro deles é a difícil condição material de vida, a qual explode no colo das mães e das avós, no colo das mulheres. Um segundo aspecto passa pelo peso do racismo na vida das famílias descendentes da força de trabalho escravizada. Terceiro aspecto articula -se com o papel atual da escola meritocrática, que tem o papel de pré-seleção da força de trabalho juvenil (Castro & Machado, 2016, p. 247).

O primeiro aspecto é a forma como a responsabilidade da criação dos filhos recai sobre os ombros femininos, as mulheres são presença marcante nas relações sociais, dados estatísticos de diversas pesquisas mostram um grande número de pessoas que não possuem o nome do pai nos registros de nascimento, essas mães carregam para si toda a carga de cuidado e manutenção familiar. “... Na figura da mãe condensam-se dois aspectos fundamentais da vida humana: o aspecto do sustento biológico na forma de comida e abrigo e o sustento psíquico, a mãe não desaparece nunca.” (Castro & Machado, 2016, p. 257).

O segundo aspecto merece atenção especial, pois todas as mulheres entrevistadas eram não-brancas, em sua maioria mestiças, e algumas apresentavam traços marcantes da identidade

negra. O racismo, mesmo quando se manifesta de forma silenciosa por meio do chamado racismo estrutural, atravessa a sociedade de maneira violenta, gerando múltiplos sofrimentos. Ainda que atinja todos os corpos negros, no caso das mulheres, o racismo opera por vias duplas: pela exploração de sua força de trabalho e pela dominação sexual de seus corpos. Como aponta Davis (1982), durante o período colonial, era conveniente que as mulheres negras trabalhassem na mesma proporção que os homens, sendo, assim, vistas como "desprovidas de gênero". No entanto, quando seus corpos eram objeto da exploração sexual por parte dos senhores, essas mulheres eram reduzidas à condição de "fêmeas", evidenciando o modo como o racismo e o sexismo se entrelaçam na construção da opressão.

Essa lógica permanece atual como argumenta Collins (2019), as mulheres negras ocupam uma posição social construída historicamente a partir de estereótipos que justificam sua opressão, como o da “mãe-solo guerreira” ou da “mulher hipersexualizada” —, reforçando desigualdades que atravessam classe, gênero e raça. Carneiro (2003) reforça esse entendimento ao afirmar que a mulher negra é o “outro do outro”, ou seja, uma alteridade ainda mais invisibilizada dentro de uma sociedade que já marginaliza os corpos negros e, dentro deles, reserva às mulheres um lugar ainda mais precário. A luta dessas mulheres por educação e justiça social, portanto, não se dá apenas contra a pobreza ou a falta de acesso a direitos, mas contra um sistema que as desumaniza e tenta apagar suas subjetividades.

Um fato em especial, na fala das mulheres com mais idade, que participaram dessa pesquisa, é que elas em sua maioria largaram os estudos para trabalhar fora de casa e assim ajudar no sustento da família, trabalhos em sua maioria marcados pela precarização e condições de inferioridade. Davis (1982) também associa essa saída precoce para o mundo do trabalho com as questões raciais. “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão.” (Davis, 1982, p. 32).

O terceiro aspecto se fundamenta na função social da escola e de que forma ela pode ser concebida como um espaço, que possa estabelecer as mesmas condições de acesso a uma educação de qualidade social que é ofertada as classes dominantes. No entanto as condições de vida que essas mulheres têm de enfrentar acabam gerando pouca motivação para dar conta dos estudos, o desgaste físico de longas horas de trabalho nas duplas e até triplas jornadas desenvolvidas, que vai de encontro também ao caráter meritocrático da escola, que continua reproduzindo as desigualdades presentes em nossa sociedade. Bourdieu (1999) diz que em sua

maioria a escola assume a função de conservar e reproduzir os valores da ordem social dominante. Para o referido autor a escola “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.” (Bourdieu, 1999, p. 41).

O que o autor diz com isso é que quanto mais privilegiados socialmente um grupo familiar é, maiores são as chances de as crianças pertencentes a essa família ter sucesso escolar e no decorrer de sua formação, pois o acesso à cultura e a outros bens sociais não se dá de forma igual, nem acontece de maneira natural. A meritocracia do sistema escolar brasileiro é um fator que serve para continuar segregando e marginalizando uma boa parte da população.

Diante disso, a mesma escola que é percebida pelas classes oprimidas como um alicerce para a transformação de sua condição social, também se configura como um espaço de reprodução e perpetuação das desigualdades históricas presentes em nossa sociedade. Essa contradição evidencia a urgência de escancarar os obstáculos impostos por um sistema dominante que naturaliza exclusões. Torna-se, portanto, essencial promover diálogos e práticas de escuta atenta nesses territórios, a fim de garantir que a educação se consolide como parte de um projeto social verdadeiramente emancipatório.

Ouvir a trajetória de vida e o percurso educacional dessas mulheres me permitiu compreender, ainda que parcialmente, a forma como elas experienciam a vida em sociedade. Em cada palavra, emergiram memórias de momentos difíceis, mas também sorrisos e a esperança por uma vida melhor. Através de seus relatos, foi possível captar não apenas as dores e desafios, mas também a força, a resistência e os sonhos que seguem vivos, mesmo diante das adversidades. Na próxima seção busquei fazer um apanhado a partir das falas das participantes sobre três pontos importantes desta pesquisa: Trabalho, Educação e as relações assimétricas entre homens e mulheres observadas no Assentamento de Vila Amazônia.

Trabalho e Educação: as relações de assimetria e desigualdades de gênero no Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM

As questões que permeiam as relações sociais no campo estão para além dos processos de escolarização ou do trabalho realizado cotidianamente nesses territórios, por isso, a riqueza dos relatos colhidos no período da pesquisa de campo, oportunizaram a descoberta de uma diversidade de histórias que por mais que estejam entrelaçadas a uma realidade cultural maior, são únicas, sensíveis e regadas de sabedoria. A condição da mulher em nossa sociedade, é

marcada pelas relações de poder, fortemente atreladas ao sistema Patriarcal/capitalista/racista. A divisão sexual do trabalho no campo tem como base a cultura hegemônica e desde muito cedo as crianças vão aprendendo o papel estipulado a elas socialmente, a depender de seu gênero. “Quando a mulher incentiva as meninas o espaço da horta e da cozinha; enquanto os meninos possuem os espaços de poder, as mulheres do campo contribuem para a permanência da condição de submissão e dos espaços privados, como o doméstico. ...” (Castro & Machado, 2016, p. 235-236).

No meio rural, essa divisão é reforçada por uma cultura hegemônica que naturaliza papéis de gênero desde a infância. Meninos e meninas são socializados, desde cedo, para assumir funções distintas, a partir de normas construídas historicamente. Araujo (2010) ressalta que, muitas vezes, o trabalho das mulheres no campo é invisibilizado ou desvalorizado, mesmo quando elas desempenham funções centrais para a economia familiar e para a sustentabilidade da vida rural. Mas essa é uma ação que acontece de maneira não intencional, é algo dado como natural, onde as mulheres ficam com a função do cuidar e os homens com a função do prover, por isso seguem perpetuando as opressões e violências já existentes em nossa sociedade.

A questão do trabalho deve estar associada a educação, uma vez que o sistema escolar deve preparar o ser humano para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho, para Saviani (2007, p. 152), “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas”. No campo a educação e o trabalho estão ainda mais conectados por serem peças fundantes no cotidiano de diversos camponeses e camponesas que enxergam na educação uma forma de mudança social, e tem o trabalho como fonte do sustento diário.

Ao investigar a dinâmica do trabalho na Comunidade de Santa Clara, observei que, mesmo aquelas mulheres que atuam como professoras acumulam outras funções, como o trabalho no roçado, a criação de animais e diversas atividades produtivas. Essa multiplicidade de tarefas evidencia a sobrecarga vivida por essas mulheres, que conciliam o trabalho formal com as exigências do meio rural e da vida comunitária. Os terrenos situados nas proximidades da igreja de Santa Clara e da escola não pertencem oficialmente aos moradores. Trata-se de terras vinculadas à diocese, que foram cedidas apenas para fins de moradia. A maioria dos comunitários possui lotes em áreas adjacentes e, à época da pesquisa, ainda enfrentava dificuldades para regularizar a titulação dessas terras junto ao Incra, o que evidencia um processo histórico de insegurança fundiária que afeta diretamente a estabilidade e os direitos dessas famílias.

Aqui na comunidade os terrenos não são nossos, o terreno pertence a diocese, a gente mora nele, tem toda a competência de zelar, cuidar, mas em compensação a gente tem que dar vida a comunidade, né? A gente tem os terrenos na Colônia São Jorge que é onde a gente produz, né? E ele está em processo de passar pro nosso nome, meu e do meu esposo, ele ainda está no nome da minha cunhada que na época ele era de menor então ela ficou com a tutela do terreno, né? Mas lá há plantação de banana, abacaxi, macaxeira. Às vezes, a gente não consegue vender, né? Porque pelo escoamento as vezes por causa do transporte, quando o lago tá seco é mais difícil ainda que tem que levar pro rio Amazonas, mas quando vem pra comunidade a gente consegue sim fazer a troca com outros alimentos, quem tem a fruta, troca com a comida, ou o café, o açúcar a gente consegue fazer essas trocas. A gente trabalha com essas produções, quando a gente não tá na escola, a gente vai correr lá pra plantar, pra colher, pra tá sempre visitando. (Sônia, Trabalhadora rural e Monitora AEE, 2022).

A fala de Sônia revela um conjunto de situações recorrentes nos territórios campestres, dentre elas, destacam-se a forte influência das igrejas nas dinâmicas locais, a falta de incentivo do poder público para auxiliar no escoamento da produção, a persistente insegurança fundiária e a sobrecarga enfrentada pelas mulheres, que acumulam duplas e até triplas jornadas de trabalho. Sônia, por exemplo, trabalha na escola e ainda tem que fazer o trabalho doméstico e as atividades junto a produção da família, esse acúmulo de funções ainda é socialmente naturalizado como parte das "obrigações femininas", enquanto a posse da terra e a gestão dos negócios relacionados à produção permanecem, majoritariamente, sob domínio masculino. “As propriedades são geralmente registradas ou compradas por homens. São eles que aparecem, que negociam, que roubam a cena, enquanto as mulheres se escondem nos espaços privados ou são invisibilizadas por suas amarras. ...” (Castro & Machado, 2016, p. 236).

Na Gleba de Vila Amazônia, a situação também não é diferente, as mulheres seguem realizando as suas jornadas cansativas de trabalho e ainda acreditam que devem cuidar do marido, a função do cuidar é muito enraizada no ser feminino, mulheres aptas para o casamento são aquelas que segundo a sociedade sabem cozinhar, lavar, passar e “cuidar” de seus maridos. “Olha, o que eu acho do meu trabalho na roça é que é um trabalho pesado, né? É pesado porque trabalha de dia e de noite vem estudar, né? É cansativo pra gente que é mulher, né? Que cuida dos filhos, do marido, né? E é pesado pra gente.” (Zélia, trabalhadora do campo, estudante da AJA, 2022).

As mulheres que frequentavam a AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos) e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) geralmente chegavam à escola após longas e exaustivas jornadas de trabalho. Ainda assim, apesar das inúmeras dificuldades, marcavam presença constante nas salas de aula, demonstrando compromisso e resistência. É fundamental reconhecer que a educação voltada para jovens e adultos deve considerar não apenas o processo

de aprendizagem em si, mas também o contexto social e a rotina de vida dos educandos. Compreender suas trajetórias, seus desafios diários e suas motivações é essencial para construir uma prática pedagógica que dialogue com suas realidades e contribua, de fato, para sua emancipação. “... os motivos que levam jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras a buscarem cursos de elevação de escolaridade referem-se às suas expectativas de conseguir um emprego melhor, entender as coisas, expressar-se melhor, ... e não depender de outros, logo, viver dignamente.” (Alves, 2006, p. 52). E isso fica explícito em mais uma fala de Zélia (Trabalhadora Rural e estudante da AJA, 2022):

Enfrentei muita crítica e preconceito, né? Por causa da minha idade, né? Ficam falando “por que que eu não estudei antes e agora que eu vim procurar estudar”. O meu primeiro homem não aceitava e esse que eu tô agora aceitou e é o primeiro a fa lar “vai, isso é pra ti, é o que tu vai levar contigo”, então é isso. Eu precisava muito de leitura, né? Pra mim ler, pra mim saber, ser educada com as pessoas, né? É isso daí.

O testemunho de Zélia também aponta uma realidade latente acerca da opressão da mulher, a necessidade de obediência ao marido para se fazer coisas naturais a todo ser humano, como por exemplo ter o direito de estudar. O controle e a dominação das mulheres para que sejam subservientes, é uma característica das sociedades Patriarcais, que se sustentam e se legitimam através de instituições moldadas pelo capitalismo como a família, a religião e até mesmo as escolas e a própria legislação.

O sistema do Patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrição e coerção total; por meio de discriminação no acesso e recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe as mulheres que obedecem (Lerner, 2019, p. 267).

As mulheres mesmo que inconscientemente acabam por aceitar essa dominação, e acabam ficando sobrecarregadas, elencando para si diversas responsabilidades, nas quais deveriam ser compartilhadas com o marido, citamos aqui a responsabilidade com a formação educacional dos filhos. De acordo com Jôenia (Trabalhadora Rural, Mãe de aluno, 2022) “Na escola, sempre “as mãe participa” mais que os pais, porque os pais também eles não tem assim tempo assim pra tá em reuniões junto com os filho, participar de brincadeira, de encontro com os aluno e é difícil mesmo, só as mulheres mesmo que enfrentam a batalha. ”

Geralmente a desculpa dada para não participação da figura paterna nas escolas dos filhos, é o trabalho que os homens realizam fora de casa, no entanto as mulheres também

trabalham tanto no ambiente doméstico, como fora de casa. “É mais mãe na escola. Muitas mães que vem né? Pais é a minoria que vem, né? Às vezes porque estão no trabalho, né? Estão na pesca ou na roça mesmo. Mas a maioria em tudo é mais as mulheres que vêm.” (Margarida, Trabalhadora Rural, mãe de aluno, 2022). Essa relação assimétrica no cuidado dos filhos é também presente nas mais diversas dimensões da vida social entre homens e mulheres, o que acarreta sobrecarga mental e física ao sexo feminino.

Em relação à educação que se almeja nos territórios investigados, a maioria das mulheres relatou o desejo de melhorias significativas, pois reconhecem que ainda há muito a avançar nas comunidades onde vivem. Apesar das limitações existentes, expressaram satisfação por poder oferecer aos filhos o acesso à escola e, também, pela possibilidade de elas próprias darem continuidade aos estudos. Essa valorização da educação revela tanto a esperança de transformação quanto a consciência crítica sobre os desafios estruturais ainda presentes nesses espaços. Essa felicidade é expressa nas palavras de Marielle (Estudante da AJA, Trabalhadora do campo, 2022): “Ai, pra mim estudar aqui é muito maravilhoso. O que eu não sabia, eu já aprendi, aprendi muitas coisas, né? Principalmente assim, um pouco da leitura, né? Já tenho mais um conhecimento. ”

No entanto, os alunos do campo só têm acesso ao Ensino Médio por meio do Ensino Médio Tecnológico, que acontece a noite e é ofertado pela SEDUC- Secretária Estadual de Educação, no caso dos alunos que residem na Gleba de Vila Amazônia, muitos deles optam por fazer o atravessamento de barco e estudar nos colégios da cidade de Parintins. Por isso o sonho de uma das participantes é a implementação de uma escola que ofereça o Ensino Médio nos horários matutino e vespertino. “Eu tenho um sonho de um dia ver um colégio estadual aqui na Vila Amazonia, né? Que os nossos filhos não precisem atravessar, ir lá pra Parintins, né? Que possa ter um colégio bom, aqui dentro da Vila Amazonia.” (Jôenia, Trabalhadora Rural, estudante da EJA, 2022).

A mudança ocorrida na escola da Vila Amazônia, impulsionada pelas propostas do governo federal durante a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro — que culminou no processo de militarização da instituição —, nos convida a refletir sobre as diversas performances de gênero e os papéis sociais historicamente atribuídos a homens e mulheres em nossa sociedade. Os colégios militares, assim como outras instituições com estrutura hierárquica rígida, tendem a reforçar uma lógica de exaltação da masculinidade, ao mesmo tempo em que perpetuam estereótipos relacionados à suposta fragilidade feminina. Nesse contexto, os discursos de autoridade, disciplina e obediência se sobrepõem à valorização da

diversidade, da escuta e da construção coletiva, elementos fundamentais para uma educação democrática, inclusiva e emancipadora.

... as forças armadas e as polícias militares brasileiras se formaram e seguem sendo instituições extremamente sexistas, majoritariamente ocupadas por homens cisgêneros declarados heterossexuais e na sua quase totalidade chefiadas por eles. No Brasil, as mulheres chegaram às forças armadas apenas nos anos 1980 e, embora quase todos os estados já tenham incorporado mulheres em suas polícias, sua presença a inda está limitada e há restrições para que comandem batalhões com homens (Bortolini, 2021, p. 98).

Essa situação era bem exemplificada nas frases espalhadas nas paredes da escola e na forma que as professoras e alunas deviam se portar e se vestir, no controle de seus corpos, o cabelo sempre preso em coque, e fardamento específico militar, e a postura sempre demonstrando sinal de ‘sentido’ quando forem falar com alguém. Quando cheguei na escola para iniciar a pesquisa, a professora que foi designada a me apresentar o prédio e o funcionamento da instituição me pediu desculpas por não estar com o fardamento adequado, já que estava vestida com uma saia longa e o cabelo preso, mas sem estar no coque, ela explicou que era uma regra que todos se vestissem adequadamente e prendessem o cabelo em coque, apontando para algumas professoras e funcionárias que estavam por lá. É comum que nas instituições militares:

Nos seus percursos formativos e na sua atuação cotidiana, disposições cis- heteronormativas são recorrentemente acionadas: nas dinâmicas de mando e obediência, na afirmação das posições hierárquicas, nas performances corporais, na construção da identidade e imagem coletiva. A masculinidade é a estética de poder que atravessa todos esses processos. O aprimoramento produzido pela disciplina militar é também a transformação de uma masculinidade “displicente” - associada ao mundo civil - em uma masculinidade “poderosa”, que se distingue das demais (Bertolini, 2021, p. 99).

O ex-presidente Jair Bolsonaro, assumidamente defensor da ditadura militar e ex-militar, contribuiu para reforçar discursos homofóbicos e misóginos, fato a ser percebido em diversas falas problemáticas dele veiculadas pelos meios de comunicação, demonstrando como normas sexuais e de gênero foram reforçadas pelas instituições militares durante a história de nossa sociedade. Essa lógica é ainda mais preocupante quando aplicada ao contexto rural, onde interfere diretamente em modos de vida profundamente enraizados em outras formas de relação com o tempo, com a natureza e com o coletivo. A imposição de modelos autoritários e padronizados, como os presentes em propostas de militarização escolar, desconsidera a complexidade e a diversidade cultural dessas populações, ameaçando formas alternativas de

convivência, trabalho e organização social que não se enquadram nas normas hegemônicas impostas pelo Estado ou pelas instituições militares.

O Protagonismo das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM

Começo essa reflexão a respeito da temática que deu vida a essa pesquisa, com as palavras de Sônia, que retratam uma realidade frequente tanto nos espaços urbanos como no campo: a invisibilidade e o apagamento social do protagonismo da mulher.

Muitas vezes sim, a gente se sente ouvida né? Porque a maioria aqui é mulher, então muitas vezes a gente é atendida, mas muitas vezes não. Mas, quando a gente não é atendida, a gente se mobiliza, vai lá e faz. A gente não deixa ficar parado porque é uma coisa pra comunidade, pro coletivo, e não uma coisa individual, quando é pra comunidade e a gente vê que eles não querem fazer porque a gente é mulher, porque é a gente mulher que está ali na frente, porque é nós que estamos reivindicando e tem muito isso né? Ai, é mulher, é a fulana que está ali a frente, então a gente não vai fazer. Então as mulheradas aqui, elas são a maioria, e a gente tem essa força, mesmo eles não querendo ajudar. (Sônia, Trabalhadora Rural, Monitora AEE, 2022)

Todas as conquistas no cenário feminino foram realizadas por intermédio de muita luta e mobilização, mesmo que essas mulheres do campo não conheçam o sentido oficial de um Movimento de Mulheres, elas engrenam e dão força a articulações para alcançar direitos e objetivos em prol de uma vida melhor, ainda que essas lutas não estejam diretamente relacionadas aos direitos das mulheres, mas sim ligadas a uma luta coletiva, como o direito a uma educação de qualidade social. Sendo assim, podemos compreender o movimento social como uma práxis social que “... traz em si uma revolução no saber, no conhecer-se, educar-se e formar-se das classes, já que as diferentes lutas educam as classes trabalhadoras e redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global em que refazem o social, fazem-se como sujeitos sociais conscientes com identidades coletivas.” (Arroyo, 2002, p. 79).

As mulheres do campo protagonizam veredas de muitas histórias, seguem jornadas com muitas responsabilidades, a sobrecarga feminina é algo naturalizado em nossa sociedade, como se a mulher já nascesse “predestinada” a dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo. A cultura do campo apesar de ter temporalidades próprias ainda está incluída em uma cultura maior, que é machista, patriarcal e cheia de opressões, mudar isso não é uma tarefa fácil, as mulheres também acabam sendo socializadas para a crença de que nasceram para desempenhar esses papéis. E isso é bem explícito na fala de Dorotty:

Eu vejo assim que a maioria das mulheres elas já estão acomodadas, quando a gente fala sobre algo e ir em busca de alguns valores, elas se sentem ofendidas, acreditando que a gente possa estar querendo ou tentando passar a frente ou tentando desmembrar aquilo que já foi construído dentro da sua própria casa, né? E isso aí é uma luta que a gente tenta conversar, dizendo que não é por aí o caminho, que a gente tem que ser mais autônoma das nossas decisões, né? (Dorotty, Trabalhadora Rural, Professora, 2022).

A autonomia feminina está distante da realidade de muitas mulheres, principalmente das que estão em situação de vulnerabilidade, ser autônoma perpassa por questões financeiras, emocionais e da própria liberdade de poder seguir os caminhos que deseja, sem o peso de cumprir papéis previamente determinados para as mulheres em nossa sociedade. “Por autonomia, compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não” (Fernandes & Mota, 2014, p. 10). No caso da autonomia financeira feminina, ela dá a mulher a capacidade de enxergar para além do ambiente doméstico, mesmo que isso não transforme as relações maiores que ocorrem entre homens e mulheres dentro da nossa sociedade.

Um fator que observamos na coleta dos dados para essa pesquisa foi o fato de que todas as mulheres possuíam alguma religião cristã, seja católica ou evangélica, a igreja é uma instituição social muito presente nos territórios do campo, foi também um mecanismo muito utilizado no período da colonização, com intuito de converter os indígenas para assim explorá-los. No caso das comunidades rurais e em especial a comunidade de Santa Clara do Jauarí no Assentamento de Vila Amazônia, a igreja católica tem forte presença, inclusive no que tange a posse de muitas terras, essas terras são doadas a muitos comunitários e em troca eles devem manter a religiosidade e as obras da igreja em constante movimento. “Aqui na comunidade os terrenos não são nossos, o terreno pertence a diocese, a gente mora nele, tem toda a competência de zelar, cuidar, mas em compensação a gente tem que dar vida a comunidade, né?” (Joênia, Trabalhadora Rural, Monitora AEE, 2022)

Nesse sentido, as mulheres acreditam que, ao atuarem nas ações promovidas pela igreja, exercem autonomia e liderança, tornando-se protagonistas nesses espaços. Na Gleba de Vila Amazônia, a presença da religião evangélica é marcante. Durante o período de observação, foi possível constatar a existência de muitas igrejas, algumas já concluídas e outras ainda em construção. Para essas mulheres, a atuação social por meio da pregação e da difusão da palavra constitui uma estratégia de inserção e de visibilidade, permitindo-lhes ocupar espaços tradicionalmente restritos às figuras masculinas.

Lá onde a gente faz a obra, a gente trabalha com ciclo de oração. Tem também aq uele meio social, né? De “socialismo” com as mulheres, né? A gente faz esse trabalho em prol a obra. A gente participa. A gente trabalha com eventos, essas coisas, das mulheres, crianças, jovens e adultos (Elizabeth, Trabalhadora Rural, Estudante da EJA, 2022).

No caso dos eventos cristãos as mulheres geralmente assumem os espaços da cozinha, da limpeza e do cuidar, principalmente nas quermesses e festas que acontecem nas comunidades, fato que acaba por contribuir com a lógica patriarcal dominante. “... de um lado, essas práticas religiosas oferecem às mulheres uma resposta mais imediata no que concernem seus problemas familiares e pessoais; por outro lado, reafirmam o lugar tradicional das mulheres na sociedade, de acordo com sua doutrina patriarcal e androcêntrica.” (Scavone, 2008, p. 06).

A instituição Igreja, enquanto estrutura social, ainda sustenta e propaga o modelo tradicional de família burguesa, reforçando o lugar da mulher dentro de uma lógica patriarcal. Nesse sentido, atua como instrumento de controle e disciplinamento dos corpos e comportamentos, especialmente femininos. É necessário, portanto, refletir com atenção sobre essas relações, uma vez que romper com os vínculos estabelecidos pelas instituições religiosas pode ser um passo fundamental no processo de libertação das mulheres. Cabe aqui destacar que nos referimos à Igreja enquanto instituição social que reproduz e legitima os valores do Estado burguês e opressor. A questão da fé, enquanto expressão subjetiva e espiritual do ser humano, abre espaço para um debate mais profundo e complexo, que ultrapassa os limites das discussões aqui tecidas.

Durante o período de observação, um fato marcante foi registrado em diário de campo, em conversas informais com professores e comunitários, eles relataram que as meninas são entregues muito cedo para o casamento, com idades entre 12 e 13 anos, que essa prática é uma cultura comum entre as famílias na comunidade, muitas abandonam a escola em virtude da gravidez precoce ou pelas exigências do cuidado com o lar e o marido, práticas que evidenciam a reprodução de uma divisão sexual do trabalho que, como aponta Bourdieu (1999), naturaliza a posição subalterna da mulher na estrutura social.

Professora, tem um problema muito sério aqui, que tem né? com essas questões de gênero, de mulher que a senhora trabalha aí, olha, aqui na comunidade, as mães dão as meninas pra casar muito novinhas, criança mesmo, com 12, 13 anos elas já iniciam a vida adulta de casada, e isso atrapalha né? atrapalha elas na escola, elas deixam de vim, não se interessam mais, vão perdendo o interesse pelos estudos, aí elas pegam logo barriga! (Diário de Campo, Comunidade de Santa Clara do Jauari, 2022).

O casamento infantil é uma prática que viola os direitos humanos e constitui uma forma de violência contra crianças e adolescentes, ainda que, em determinadas localidades, seja naturalizado como uma prática cultural ou tradicional. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 4º (Lei nº 8.069/1990), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O casamento precoce frequentemente está associado à gestação na adolescência, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade das meninas. As consequências são diversas: evasão escolar, interrupção de projetos de vida, dependência econômica, riscos à saúde física e emocional, além da perpetuação do ciclo de pobreza e desigualdade de gênero, e os motivos que levam a isso são múltiplos:

... vem da falta de uma perspectiva de vida que determine uma visão mais ampla do futuro, de um nível educacional baixo e da visão equivocada de que assim conseguirão sua independência sócio-econômica. São evidentes também fatores do tipo privação de informação sexual adequada e o desuso de métodos contraceptivos (Costa & Silva, 2011).

É evidente que o tema levantado nas conversas informais abre um amplo leque de discussões que precisam ser aprofundadas, sobretudo por envolver práticas naturalizadas que configuram sérias violações de direitos. Reconhecer o casamento infantil como uma forma de violência é essencial para o enfrentamento dessa realidade, que demanda a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à proteção, à educação e à conscientização da sociedade. No entanto, é necessário manter o foco nos objetivos centrais desta pesquisa, ressaltamos, contudo, a importância de retomar esse debate em outro momento, dada a urgência e a gravidade dessa violência sistematicamente reproduzida em uma sociedade patriarcal e machista como a de nosso país.

Prosseguindo sobre a investigação aqui proposta que foca no protagonismo das mulheres, verifica-se no relato de uma das mulheres entrevistadas da Comunidade de Santa Clara do Jauarí, que ela se recorda que havia uma organização delas, só de mulheres, onde tinha uma líder e elas se reuniam aos finais de semana para discutir sobre determinado assunto importante para a comunidade, todas podiam dar opiniões, até que pudessem chegar a um acordo.

Antes tinha, agora não tem mais não, sobre o trabalho que a gente se reunia com as mulheres e agora, né? Acabou, não tem mais esse trabalho, só em casa mesmo. Nós tinha a nossa líder

que nós se reunia e fazia movimento, só que aqui há muito tempo já, muitas pessoas foram embora, foram morar pra outros locais, aí nós ficamos sem e acabou. Era muito importante porque a gente se reunia no final de semana pra gente conversar, a gente se reunia, cada um dava uma opinião, cada um tinha uma opinião diferente, a gente conversava tudo aí chegava num acordo pra gente fazer o nosso movimento de mulheres. (Margarida, Trabalhadora Rural, Mãe de aluno, 2022).

Pelo que a participante expressa, ela achava importante essa articulação com outras mulheres, pois gerava aprendizados, havia uma cooperação entre elas, uma troca de opiniões, gerando resistência e organização para que pudessem lutar em prol de um desejo coletivo. Questionar a realidade que estamos inseridos e as condições humanas que nos são impostas, deve estar atrelado a um projeto educativo que dialogue com os movimentos sociais, com os sindicatos e associações comunitárias, e demais grupos organizados diversos, a fim de construir uma educação dialógica e emancipadora. No caso dos territórios do campo a luta por educação é também uma luta por reconhecimento social e vida digna, é uma forma de resistência ao modelo imposto pelo agronegócio, que não reconhece a diversidade e os saberes que nascem no campo.

O que eu aprendi aqui nessa escola foi muito bom pra mim, os professores foram uns ótimos professores, não tenho o que me queixar deles. Foram uns professores muito bom pra mim, eu aprendi muito com eles, sabe? Eu era nervosa e assim, eu perdi aquele nervoso, sabe? E graças a Deus, né? Eu espero continuar, né? Eu agradeço tanto a Deus, que Deus fez tanta coisa boa na minha vida (Carolina, Trabalhadora Rural, Estudante da EJA, 2022).

Para as mulheres do campo, especialmente as mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, o protagonismo delas assenta-se em uma classe que luta por saúde, educação e vida digna, essas mulheres diariamente protagonizam espaços de atuação forjados na luta social e coletiva cotidiana, seguem discutindo uma educação melhor nas reuniões da escola, com o líder da comunidade e outras lideranças políticas, almejam a partir do estudo mudanças na realidade que as cercam e acreditam que seus filhos podem construir dias melhores por meio da escola que frequentam. As mulheres da AJA e da EJA, acreditam também que podem crescer profissionalmente com a educação que recebem, são gratas por poderem experienciar esses momentos na escola, mesmo diante das tantas dificuldades diárias da vida no campo.

Uma clara demonstração do protagonismo das mulheres na luta por uma educação do campo está na mobilização que resultou na construção de um novo prédio para a escola da comunidade de Santa Clara. Foram, principalmente, as mães dos alunos, em articulação com os professores, que lideraram um movimento para denunciar ao poder público as condições

precárias da antiga estrutura escolar. A significativa participação e atuação das mulheres nesse processo foi, inclusive, destacada pelo coordenador da escola, em uma conversa informal durante o período de observação. Suas palavras foram transcritas fielmente em meu diário de campo, evidenciando o papel central dessas mulheres na conquista de melhorias concretas para a comunidade.

Quem manda aqui são as mulheres. Elas que comandam a igreja, comandam a questão da rede de saúde, comandam a questão das reuniões, né? A maioria são mulheres que participam, os homens participa bem pouco, né? Por exemplo, tem uma programação, um evento ali “x”, eles acompanham, mas quem mais dá força são as mulheres, elas que gostam de participar mais das atividades. (Relato do Coordenador da escola, diário de Campo, 2022).

Entendo a necessidade de uma educação voltada para as lutas sociais, que englobem as questões raciais, de gênero e de classe, promovendo espaços que permitam questionar o papel condicionado socialmente as mulheres com intuito de vencer a invisibilidade, o silenciamento e as diversas formas de discriminação e violências que as atravessam.

Resistir para existir nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas: Tecendo reflexões, buscando outras possibilidades

Os caminhos percorridos até aqui estão imersos em uma multiplicidade de sentimentos vivenciados ao longo das reflexões construídas durante o processo de pesquisa de campo. Todo o percurso metodológico e as discussões apresentadas neste trabalho foram previamente planejados com o intuito de atender aos objetivos propostos. No entanto, o trabalho de campo revelou-se como um espaço dinâmico e complexo, repleto de possibilidades que emergiram no decorrer da caminhada. Diante disso, foi necessário ajustar o percurso às múltiplas direções que se apresentaram, sem perder de vista o foco nas respostas fundamentais à investigação.

As narrativas das mulheres que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa constituíram um terreno fértil para a construção dos resultados aqui apresentados. Seus relatos permitiram compreender de forma profunda e sensível o protagonismo feminino na luta por uma educação do campo no Assentamento Vila Amazônia, localizado no município de Parintins-AM, revelando a potência transformadora da atuação dessas mulheres em contextos de resistência e reivindicação de direitos.

Recentemente, o contexto político do país revelou uma série de retrocessos e desmontes de direitos, especialmente durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, período que sucede o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, caracterizado por uma crise política

e social que muitos qualificam como um “momento pós-golpe”. Esses retrocessos impactaram diversas áreas, incluindo a educação, os direitos das mulheres e dos povos originários, a economia e os programas sociais destinados às camadas mais vulneráveis da população, bem como os direitos das populações do campo.

Esse cenário está diretamente relacionado à expansão do agronegócio, que tem promovido múltiplas formas de violência contra as populações rurais, das águas e das florestas. As políticas implementadas configuram-se como projetos neoliberais, marcados por emendas frequentemente consideradas inconstitucionais e por sucessivos cortes orçamentários, que fragilizam as políticas públicas destinadas aos grupos mais excluídos. Tudo isso ocorre com o aval e o consentimento do governo federal, agravando as desigualdades e aprofundando a vulnerabilidade dessas populações. “Não há resistência no campo sem o enfrentamento ao agronegócio. ...” (Mezadri et al., 2020, p. 96).

Colocar o lucro acima da vida é bandeira desse tipo de economia perversa, aumentando as violências praticadas nos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e outros. Esse tipo de agricultura em larga escala não tem preocupação com a preservação e conservação ambiental, explora, destrói e oprime em nome do capital. No entanto, resistir é o que sempre fizeram essas populações “... as resistências e as lutas dos povos e das populações do campo e da cidade deverão continuar, mesmo num jogo de forças muito desigual e injusto. Mas, foi assim que historicamente demos passos e aprendemos com seus processos.” (Mezadri et al. 2020, p. 46).

Tecer novas possibilidades para o campo, inclusive no que tange ao direito das mulheres e sobre os processos educativos é fomentar a luta e a articulação de Movimentos Sociais, que despertem nos moradores das comunidades a consciência de que podem e devem exigir valorização por parte do Estado, para que possam ter vida digna e permanecer nesses territórios. Refletimos também sobre a condição social e econômica das mulheres residentes no Assentamento investigado, muitas delas não conhecem seus direitos e ainda estão envoltas de uma cultura maior, ligada a um sistema dominante que amplia as desigualdades.

Criar espaços de diálogo, de trocas entre elas é fundamental para a construção de um verdadeiro Movimento de Mulheres no Campo e no Assentamento de Vila Amazônia. As discussões acerca da temática Gênero e mesmo as discussões sobre Educação Sexual que fazem parte dos temas transversais não são trabalhadas nos espaços pesquisados, muitas dessas mulheres ainda meninas passam por uma formação muito tradicional dentro do seio da própria família, e nesses processos aprendem que devem ser subservientes, seja ao pai, ao irmão ou ao

marido. Essa formação coloca as mulheres na condição de obediência, de meras reprodutoras e donas de casa, perpetuando os caminhos da subordinação. No entanto ficou visível a postura forte e corajosa de cada uma delas, mesmo que não se sintam à vontade para questionar a rotina e a cultura já estabelecidas.

Eu falo assim né das decisões que são tomadas em casa e que é da família, a questão do marido, do pai, isso já vem da família, aí chega na formação disso e já tem a questão do marido que muitas vezes eles não permitem que as mulheres façam as coisas né? Então tudo isso influencia. E eu acredito assim, olhando a realidade que nós mulheres, nós precisamos ter mais assim autonomia nas nossas decisões mesmo o que a maioria não tem. (Dorotty, Trabalhadora Rural, Professora, 2022).

O fator cultural e histórico da subordinação feminina é ainda um fardo muito grande a ser carregado pelas mulheres, sendo uma realidade que se agrava ainda mais a depender da condição social que essa mulher se encontra, a precarização e invisibilidade do trabalho feminino é também um fator que precisa ser destacado, a maioria das mulheres nem se dá conta do quanto atuam e são protagonistas de diversos espaços. Por isso a necessidade de promover mecanismos de luta, de organização política e social.

A mobilização dos sujeitos, individuais e coletivos, no interior das comunidades, os encontros e as trocas de saberes promovidas por camponeses/as, universidades públicas, fóruns, secretarias municipais e estaduais de educação, contribuem com os debates acerca das políticas públicas de educação nas escolas do campo. Trabalha -se com a formação política, filosófica e emancipadora dos camponeses, incentivando os núcleos de agroecologia e a produção de alimentos saudáveis, nos marcos da autonomia e soberania alimentar. ... As ocupações de terra e a luta pela reforma agrária popular, embora com dificuldades, pela impunidade da violência imposta pelos ruralistas, caminham. Experiências, individuais e coletivas, apontam para o horizonte de rearticulação das lutas populares (Bicalho, Macêdo & Rodrigues, 2021, p. 54).

Os territórios do Campo, das Águas e das Florestas presentes na cidade de Parintins-AM, tiveram um grande incentivo na mobilização social com a criação do Fórum Parintinense de Educação do Campo das Águas e das Florestas Paulo Freire, que têm realizado junto as comunidades diálogos e trocas de saberes, identificando formas de resistências frente as investidas do Capital, das forças políticas, e das opressões presentes em nosso meio, unido as outras organizações e movimentos sociais têm buscado avançar na luta por educação digna, divisão justa de terra, acordos para produção sustentável e políticas públicas para o campo. No entanto precisa-se ainda ampliar o diálogo para as questões de gênero, as lutas antirracistas e mesmo um projeto que leve educação sexual para esses espaços, promovendo discussões que fortaleçam a luta de classes e contrariem a ordem capitalista.

Considerações finais

Concluir esta trajetória é reconhecer que a resistência das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia não se limita à luta por direitos formais, mas se materializa em gestos diários de coragem, solidariedade e reinvenção. Entre o roçado e a sala de aula, entre a fé e a crítica, entre o lar e a praça pública, essas mulheres constroem um protagonismo que desafia séculos de subordinação e silenciamento. Sua força nasce daquilo que é cotidiano e, nesse processo, fazem da educação uma ferramenta de existência política e coletiva, afirmando que resistir é também educar-se, organizar-se e continuar acreditando em um futuro mais justo.

As questões propostas no início desta investigação foram respondidas a partir das narrativas das mulheres que gentilmente participaram deste estudo, as quais indicam que as mulheres do Assentamento Vila Amazônia enfrentam uma dupla, e em muitos casos tríplice, jornada laboral marcada pela precarização do trabalho rural, dependência econômica e sobrecarga das tarefas relacionadas ao cuidado familiar. Reconhecem a educação como uma via fundamental para a mobilidade social, contudo, encontram barreiras concretas, como a ausência de Ensino Médio em turno compatível e as dificuldades de deslocamento até as escolas.

As participantes também relatam a presença de controle familiar e influência religiosa que reproduzem papéis de gênero desiguais, contribuindo para a perpetuação de práticas como o casamento infantil e a exclusão escolar. Ademais, identificam o racismo estrutural como um fator que aprofunda suas vulnerabilidades e limitações. Paralelamente, evidenciam um protagonismo coletivo expressivo na mobilização por melhorias educacionais e infraestruturais, bem como na ocupação de espaços comunitários para a liderança feminina e na construção identitária vinculada a um feminismo popular e decolonial.

Dessa forma, o estudo confirma a centralidade das mulheres como agentes fundamentais de resistência e formula demandas claras para políticas públicas, entre as quais se destacam: a regularização fundiária, a melhoria do escoamento da produção, a oferta de Ensino Médio em condições adequadas e a implementação de ações afirmativas voltadas a gênero e raça.

Por fim, o que este estudo revela é que a luta das mulheres da Vila Amazônia ultrapassa o âmbito local e ecoa como símbolo das resistências amazônicas frente ao avanço do agronegócio, ao patriarcado e às desigualdades estruturais. Suas práticas comunitárias, suas alianças e suas vozes traduzem a essência de uma educação do campo comprometida com a vida e com o território. São mulheres que, mesmo diante da precariedade, persistem — e ao

persistirem, transformam o lugar onde vivem em um espaço de aprendizado, partilha e emancipação. Porque, no fim, existir no campo, nas águas e nas florestas é, sobretudo, um ato contínuo de resistência.

Referências

Alves, F. E. (2006). *Mulheres Trabalhadoras, sim. Alunas por que não? Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília.

Araujo, M. I. S. (2010). *Mulheres do campo e suas formas de organização: um estudo sobre o protagonismo feminino no meio rural* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Arroyo, M. G. (2012). *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Belei, R. A., et al. (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187-199.

Bicalho, R., Macedo, P. C. S., & Rodrigues, G. G. (2021). Em defesa da educação do campo: enfrentando o desmonte das políticas públicas. *Periferia*, 13(1), 39-59.

Bortolini, A. (2021). Militarização das escolas e avanço reacionário: uma perspectiva de gênero. *Revista Diversidade e Educação*, 9(2), 92-119.

Bourdieu, P. A. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. A. (1999). *Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura* (2. ed.). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P.A, & Passeron, J.-C. (1992). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 134, p. 13563-13576, 16 jul. 1990. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

Carneiro, S. (2023). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In T. Pires, & M. Lima (Orgs.). *Escritos de uma vida* (pp. 115–130). Jandaíra. (Texto originalmente apresentado em 2003).

Castro, A. M., & Machado, R. de C. F. (Eds.). (2016). *Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular*. Curitiba: CRV.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (A. Martins, Trad.). Boitempo.

Costa, A. D. da C., & Silva, T. de O. (2011). Gravidez na adolescência no meio rural: um estudo socioeconômico com adolescentes grávidas. *Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a Diferença*. João Pessoa, PB.

Davis, A. (1982). *Mulheres, Raça e Classe* (H. R. Candiani, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Fernandes, T., & Mota, D. M. da. (2014). “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *RESR*, 52(1), 009-024.

Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens* (L. Sellera, Trad.). São Paulo: Cultrix.

Mezadri, A. M., et al. (Eds.). (2020). *Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas* (1. ed.). São Paulo: Outras Expressões.

Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 5-22.

Scavone, L. (2008). Religiões, Gênero e Feminismo. *Rever*, 8, 1-8.

ⁱ O Assentamento de Vila Amazônia, localizado no município de Parintins (AM), surge como um símbolo da reforma agrária na região Norte, onde famílias transformaram terras improdutivas em espaços de agricultura familiar e resistência socioambiental. Sua história está entrelaçada com políticas públicas recentes, como o programa Restaura Amazônia, que destinou R\$ 150 milhões para reflorestamento em assentamentos do Arco do Desmatamento – área que inclui o Amazonas. A comunidade reflete a dinâmica de ocupações organizadas pelo MST, marcadas por despejos e posterior reconhecimento governamental, como ocorreu no assentamento Quilombo Campo Grande em Minas Gerais, onde 300 famílias conquistaram a terra após 27 anos de lutas. Em Vila Amazônia, projetos de fomento à produção sustentável e iniciativas como a assinatura de contratos para mulheres agricultoras evidenciam a busca por equilíbrio entre subsistência e preservação da floresta.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 16/04/2025
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on April 16th, 2025
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 09th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Funding

Foundation for Research Support of the State of Amazonas- FAPEAM
Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Rolim, D. T., Silva, I. R., & Brito, O. S. (2025). Mulheres, protagonismo, lutas e resistências no cenário brasileiro: perspectivas sobre a Amazônia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19766.